

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos

PRÁXIS E LUTA DE CLASSES: DIÁLOGOS ENTRE CLÓVIS MOURA, A REALIDADE BRASILEIRA E O SERVIÇO SOCIAL

MAURICLEIA SOARES DOS SANTOS¹

SANDRA REGINA VAZ DA SILVA²

RESUMO

O artigo tem como objetivo discorrer sobre as categorias práxis e luta de classes na perspectiva de Clóvis Moura, demonstrando o diálogo do autor com a realidade brasileira e sua contribuição para o Serviço Social. O texto está dividido em dois momentos, e evidencia a importância dos clássicos marxistas para pensar o Brasil, sendo Clóvis Moura uma vanguarda que demonstra a participação política permanente da população negra na luta de classes brasileira.

Palavras-chave: práxis; luta de classes; Clóvis Moura; Serviço Social.

ABSTRACT

The article aims to discuss the categories of praxis and class struggle from the perspective of Clóvis Moura, demonstrating the author's dialogue with Brazilian reality and his contribution to Social Service. The text is divided into two moments, and highlights the importance of Marxist classics for thinking about Brazil, with Clóvis Moura being a vanguard that demonstrates the permanent political participation of the black population in the Brazilian class struggle.

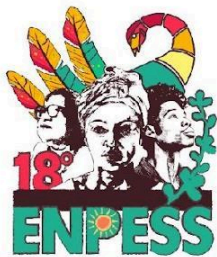
Keywords: praxis; class struggle; Clovis Moura; SocialService.

INTRODUÇÃO

A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes (Karl Marx).

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

² Universidade Federal Fluminense



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O presente trabalho pretende apresentar o debate da luta de classes, na perspectiva de Clóvis Moura, e sua contribuição para o Serviço Social brasileiro. Para isso, tomamos como referência de análise, a perspectiva marxiana e marxista do debate sobre as categorias práxis e luta de classes, tendo em vista a direção teórico-metodológica em que o autor se filia, a realidade brasileira e a direção teórico política presente no projeto de formação profissional em Serviço Social.

O artigo está organizado em dois principais momentos, sendo o primeiro uma breve retomada das categorias de Marx que embasam a proposta deste estudo e a articulação com a particularidade da formação social brasileira. O segundo momento, propõe apresentar as contribuições do pensamento de Clóvis Moura para o Serviço Social brasileiro, seus principais debates e direção política emancipatória frente aos desafios atuais, evidenciados pelo contexto de ofensiva e aprofundamento neoliberal.

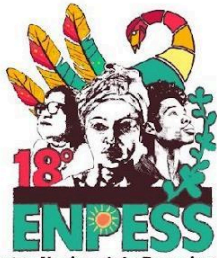
As reflexões evidenciam que as contribuições de Clóvis Moura corroboram a afirmação e acúmulo da teoria social crítica, que nos últimos anos encontrou o Serviço Social e sua materialidade, numa direção teórico – metodológica comum que, pautada pelo materialismo histórico-dialético, vêm adensando elaborações em torno das relações étnico-raciais a partir dos fundamentos marxista e marxianos.

1. CLASSE E LUTA DE CLASSES: particularidades da formação social brasileira

[...] ao mesmo tempo em que nascia uma revolta muito grande pela nossa condição. Apesar da pouca idade, acho que foi naquele momento que tomei consciência de que tinha que fazer alguma coisa, pelos meus mortos, por todos os mortos dos que estavam ali, por todos nós, que estávamos vivos como se não estivéssemos, porque as nossas vidas valiam o que o sinhô tinha pagado por elas, nada mais (GONÇALVES, 2019, p.144).

Marx ao situar o ser social em sua forma de ser e de se reproduzir na realidade, apontou os determinantes que se conformam e se confrontam no sistema de relações sociais, e que estão para além da aparência superficial e imediata da vida cotidiana. Esses determinantes se colocam sob as condições materiais da vida social e atravessam a relação das pessoas e da humanidade (PAULO NETTO, 2011a).

No capitalismo, essa relação é determinada por classes sociais antagônicas, representadas por interesses distintos entre aqueles que são explorados através da venda da força de trabalho em troca de um salário, e, aqueles que acumulam através dessa exploração.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essa relação é marcada, portanto, pelo antagonismo de interesses entre as classes sociais, sendo a luta de classes um de seus resultantes, efeito da realidade objetiva e construção da consciência de classe.

O pioneirismo da teoria marxiana consiste no tripé método crítico-dialético, teoria do valor – trabalho e perspectiva revolucionária que, tendo a práxis como referência, apresenta uma base que transcende a construção do mero pensamento imediato, vinculando-se em possibilidades de ações práticas, transformadoras e coletivas – inerentes ao ser social.

Deste modo, as ações transformadoras são tomadas por uma radicalidade explícita no bojo da luta de classes, cujo horizonte se refere à emancipação humana. Essa radicalidade por sua vez, só se efetiva com o fim da sociedade burguesa pois, fundada pelo modo de produção capitalista, esta sociabilidade foi erguida e mantida tendo como base relações de opressão e exploração da classe trabalhadora.

Tomando como reflexão a concepção de classe em si e classe para si, Marx (2001) aponta que a constituição da classe social ainda não se configura em uma classe para si, pois essa é a condição “estrutural” da sociedade independente da consciência dos sujeitos explorados.

A classe para si só se consolida através da luta de classes. Esta é a premissa que reúne interesses e reivindicações no âmbito político-econômico desta classe, a defesa da sua libertação enquanto classe e o embate político que se concretiza sob diferentes formas de organização política e ação coletiva, que perpassam pelo caráter social e chega a uma revolução total. Olhando para o nascente capitalismo na Europa, Marx (2001) aponta:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defendem tornam-se interesses de classe (MARX, 2001, p.151).

As defesas compartilhadas dos mesmos interesses se expressam nas respostas dos sujeitos coletivos na luta de classes que, enquanto luta política exige táticas e estratégias que possibilitem alcançar, de forma mais imediata, melhores condições de trabalho, salário e direitos políticos e avançar para um caráter revolucionário, objetivando uma sociedade livre da exploração e opressão que condiciona a população a viver sob antagonismo entre classes sociais.

Iasi (2011) considera que a consciência de classe perpassa necessariamente por processos que envolvem transformações, desenvolvimento e transições em sua forma. O autor afirma que a luta política e a materialidade em que esta se insere, é o que possibilita a transformação das consciências. Portanto, a consciência é "produto material da sociedade e um

meio político de alcançar tal transformação" (2011, p.43).

Tomando esta concepção como ponto de partida, avançamos em tais premissas com o desafio de pensar as classes sociais e a luta de classes a partir da realidade brasileira, nos seus diferentes estágios, entendendo que a práxis se caracteriza como ação prática e transformadora presente na luta de classes, cujos processos de consciência são tomados, pelo desafio de enfrentar "as ideias dominantes da classe dominante" (MARX, 2001), como também as reivindicações mais imediatas resultantes da contradição entre capital e trabalho.

E para este alcance, é necessário estabelecer as mediações necessárias para pensar, em tais concepções, com base nas particularidades que permeiam a sua forma objetiva, de modo a avançar no concreto, enquanto síntese de múltiplas determinações (MARX, 2008).

Nesse sentido é preciso apontar o colonialismo como fator externo comum, que mediou o processo de transição entre os modos de produção na Europa e, no contexto latino-americano, determinou a organização do trabalho e das relações sociais integrando-os de forma desigual e combinada na divisão internacional do trabalho, num estágio de dominação imperialista e de capitalismo monopolista.

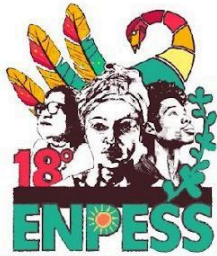
De acordo com Souza (2020), racismo e colonialismo compõem uma unidade articulada que estruturou a modernidade e a sociedade do capital. Essa vinculação foi justificada pelo cristianismo enquanto aparato ideológico fundamental, substituído posteriormente pela **raciologia** no século XIX e XX.

Na América Latina e em especial atenção no Brasil, as marcas da exploração e dominação colonial forjaram também as lutas e resistências dos povos originários e africanos que estiveram necessariamente integrados, de maneira forçada e desumanizante, ao grande empreendimento colonial europeu que se apropriou de seus corpos e força de trabalho, para a exploração e trabalho compulsório. No entanto, esses sujeitos históricos e políticos imprimiram negação à sua condição, forjando lutas, resistências e formas alternativas de sociabilidade.

A análise mouriana sobre a formação social brasileira possibilita, nesse horizonte argumentativo, pensar essa particularidade e dentre seus determinantes, a história do trabalho e da luta de classes no Brasil, integrado à expansão capitalista no mundo.

No escravismo, havia um antagonismo entre as classes sociais que se formava a partir do sistema colonial, sendo sobretudo, composto pelo antagonismo entre escravizados e proprietários escravistas. Essa foi a relação que se consolidou no Brasil colonial, determinado pelo latifúndio, monocultura, trabalho escravo e exportação.

Clóvis Moura (2014) afirma que o antagonismo entre classes sociais era mediado pelo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

controle social. E nesta perspectiva, a resistência era a marca substantiva da libertação e humanização do africano escravizado, socialmente coisificado na relação econômica estabelecida, conforme pode ser observado pela epígrafe inspirada na obra “Um defeito de cor” (GONÇALVES, 2019).

Quilombos, guerrilhas, suicídios, abortos e insurreições compuseram a luta de classes nesse período e a busca por libertação. Essa relação antagônica embora diferenciada em seu estrato, dado grau de alienação e/ou consciência presente, representou a dinamização da sociedade, o impulso para um outro estágio da organização do trabalho.

Como afirma Moura (2014a, p.398), ao negar a sua condição escravizada o negro criou as “premissas para a projeção de um regime novo no qual o trabalho seria exercido pelo homem livre e que não era mais simples mercadoria, mas vendedor de uma: sua força de trabalho”.

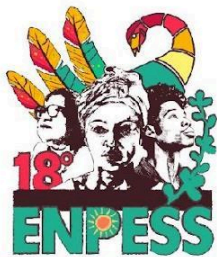
Isso porque junto a outros fatores, a luta de classes impactava o processo de produção e criava desajustes que impulsionaram a sociedade escravista para a construção de novas formas de sociabilidade. Nesse âmbito, os conflitos fizeram emergir, no decorrer dos séculos e junto ao avançar da acumulação primitiva na Europa, medidas protecionistas, pressões internacionais e campanhas abolicionistas mediadas por instituições legais, posições parlamentares em apoio à manumissão e ligas voltadas a alforria (MOURA, 2014).

As lutas negras potencializaram desgastes no sistema escravista e demarcaram o protagonismo e participação de negras e negros na condição de sujeitos políticos, posteriormente incorporados nos diferentes movimentos organizados, segmentos sociais e políticos da história. Se no período do escravismo pleno a sua luta se instituiu de forma isolada, a partir do escravismo tardio compartilhou experiências comuns de luta, resistência e libertação, no cerne da emergência e expansão da vida urbana imperial, que passava a estabelecer a coexistência entre o trabalho escravizado e o trabalho livre, no nascente capitalismo dependente em curso no Brasil (SILVA; FAGUNDES, 2022).

Para Moura (1983), “o negro brasileiro foi sempre um grande organizador”. De quilombos a confrarias religiosas, irmandades, grupos culturais ou religiosos, o negro sempre procurou lutar por sua liberdade, seja ela na busca pela alforria, melhores condições no regime escravista ou resistências contra a sua marginalização no pós-abolição.

Ademais, do escravismo pleno ao escravismo tardio, a experiência do quilombo revelou uma fronteira social, cultural e militar de embate contra o sistema, que forjou também uma unidade de resistência permanente (MOURA, 1989).

O quilombo representou o centro organizacional da luta e resistência, que foi denominada



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

por Moura (1989) como quilombagem. Esta categoria foi criada pelo autor, para explicar as inúmeras formas de protestos dos escravizados, sejam elas no campo individual ou coletivo, político ou cultural, que fizeram do quilombo a referência de lugar, o espaço em que partiam ou para ele convergiam e somavam forças nas formas de rebeldias. Essa ação constante do escravizado permaneceu, mesmo com o aperfeiçoamento dos mecanismos de dominação e exploração da força de trabalho na sociedade capitalista, atravessada pela ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial.

Assim, a categoria quilombagem representa a síntese entre práxis e luta de classes no escravismo, e se fundamenta nas experiências da população negra no Brasil. Sua realidade histórica articula elementos culturais e políticos em busca de mudanças individuais e coletivas, como a transformação da sociedade e de sua própria condição.

A participação permanente do escravizado na luta pela emancipação em torno da formação da nação brasileira, seja pela ruptura com Portugal, Independência e implementação da República, demonstra também a participação ativa do negro nesses processos. Moura (2021) aponta ainda, a participação do escravizado ao lado da massa camponesa em movimentos de caráter violentos e radicais, de modo a enfrentar a economia de miséria, prestígio e poder em seus territórios, a exemplo da Cabanagem e da Balaiada.

As diferentes e diversificadas formas de libertação possibilitaram ao negro o enfrentamento das situações de inferiorização e desumanização em que esteve submetido, cujas ações se desdobraram em organizações voluntárias ou espontâneas denominadas como “grupos específicos negros”³. Ou seja, grupos que se organizaram a partir de um ethos construído pela tomada de consciência da diferença, conforme estabelecido pela classe dominante, numa sociedade racialmente diferenciada (MOURA, 1983). A população negra, mesmo marginalizada do processo de trabalho formal, permaneceu lutando e se reorganizando, estabelecendo a cultura como mediação fundante de sua resistência, que se mantém viva até os dias atuais.

O protagonismo político negro se ampliou para a luta contra a exploração, que foi tomada também por reivindicações raciais, na medida em que houve a compreensão de sua condição de exploração e discriminação racial (MOURA, 1989).

Houve então uma linha de continuidade do associativismo negro no século XX, atravessado em sua essência pela necessidade de (re)existência, nos marcos do desenvolvimento capitalista brasileiro, que havia de consolidar o vazio que foi o 14 de maio de

³ A essa definição, Clóvis Moura na obra “Sociologia do negro brasileiro” (1988) toma como categoria de análise a concepção marxiana de classe em si e classe para si.

1888 na vida da população negra.

Fadados à própria sorte (e organização), o associativismo negro foi composto por organizações que contavam com a presença de mulheres negras como também da imprensa negra - que buscou incidir como imprensa alternativa na luta contra o “preconceito de cor”.

Passando pela Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN) e os clubes negros nas décadas de 1940 a 1960, a emergência do Movimento Negro Unificado (MNU) para Clóvis Moura (2014), foi a organização que apresentou uma proposta mais radical em termos de mudança social, dada potência, alcance e dinâmica num contexto de ditadura civil-militar e empresarial.

Nesse contexto temporal, Clóvis Moura (2021) passou a denunciar a situação de pobreza comum entre os países da América Latina, em meio a repressão política e transformação acelerada promovida pelo desenvolvimentismo.

Destacando a experiência de Cuba como único país que "criou as premissas para uma dinamização radical nas suas instituições" (2021, p.140), o autor indaga que os demais países viviam uma condição de dependência econômica e subdesenvolvimento que possibilitou sua integração a dominação imperialista, através dos grandes grupos internacionais. E nesse contexto, a população negra conviveu com os níveis mais baixos da estratificação social, embora tenha aflorado um período de participação nas lutas coletivas pela reformulação radical ou parcial das relações existentes, nas suas mais diversas tendências ideológicas.

É nesse contexto que se destacam importantes contribuições do intelectual e comunista de Amarante, revelando uma linha de continuidade e acúmulo em torno de suas principais premissas sobre a práxis e a luta de classes no Brasil, demarcando a presença e o protagonismo negro nesse processo, as suas lutas específicas e sua vinculação com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

Partindo das categorias de análise que vinculam raça e classe, a sua interpretação perpassou pelo debate crítico em torno do branqueamento, mito da democracia racial, sistema de estratificação social e tantos outros elementos, que demonstram a perspectiva conservadora e liberal da sociedade brasileira no século XX. Também se destaca o debate sobre os mecanismos de barragens como resultantes da confluência entre racismo e capitalismo, além da sua dinamização neste período.

No próximo subitem apontaremos as suas principais contribuições publicadas entre os ciclos finais da ditadura civil-militar e empresarial, que nos revelam a atualidade da interpretação mouriana sobre a realidade brasileira, concatenada aos elementos conjunturais de sua época.

2. DITADURA, SERVIÇO SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE CLÓVIS MOURA

[...] que cada estado deveria ceder terras para os negros cultivarem. Mas esse projeto não foi aprovado pela Câmara (JESUS, 2014, p.44). O meu avô era um vulto que saía da senzala alquebrado e desiludido, reconhecendo que havia trabalhado para enriquecer o seu sinhô português. [...] Quando eles nos expulsaram das fazendas, nós não tínhamos um teto decente, se encostávamos num canto, aquele local tinha dono e os meirinhos nos enxotavam. (JESUS, 2014, p. 60).

O período do regime militar foi crucial para o processo de aprofundamento e expansão do capitalismo dependente brasileiro. A sua integração à era dos monopólios, foi consolidada através do caráter autocrático burguês do Estado brasileiro, que manteve interesses distintos e de base conservadora nesse processo, aliado à dominação imperialista estadunidense e processos contra-revolucionários.

Nesse intuito, o caráter estruturante do racismo manteve-se como mecanismo necessariamente articulado, para a superexploração da força de trabalho. Assim, a proletarianização da classe trabalhadora negra ocorreu vinculada aos espaços subalternos e baixos salários, sobretudo nos setores da construção civil, setores de serviços - com destaque para o trabalho doméstico - e agricultura (HASENBALG; SILVA, 1988).

A partir deste prognóstico, é possível afirmar que a força de trabalho da população negra, sobretudo nordestina, destinada a fluxos migratórios e trabalhos precários, com baixos salários e destituídos de direitos, foi central para a consolidação das grandes obras e empreendimentos elaborados no período do regime militar, numa escancarada vinculação a proposta de modernização conservadora.

Mediante as condições de trabalho, expropriação de direitos e arrocho salarial, que culminou na crise do milagre econômico brasileiro, nas perseguições, batidas policiais, genocídio negro através dos crescentes grupos de extermínios e esquadrão da morte, houve o ingresso da população negra na cena política do período (SANTOS, 1985).

Assim, um conjunto de elementos desencadearam a reorganização do movimento negro e sua radicalidade anticapitalista e revolucionária, que resultou na emergência do MNU e movimento de mulheres negras, na ampliação do antirracismo e sua incorporação na agenda política nacional, resultando em reconhecimento no âmbito dos direitos sociais na atualidade.

Nessa quadra histórica, as publicações de Clóvis Moura "O negro: de bom escravo a mau cidadão?" (1977), "a sociologia posta em questão" (1978), "Diário da Guerrilha do Araguaia" (1979a) e "Sacco e Vanzetti: o Protesto Brasileiro" (1979) expressam importantes contribuições que nos auxiliam acumular reflexões sobre as categorias práxis e luta de classes no Brasil, além de dialogar com as questões de sua época e perspectivas futuras.

A obra " O negro: de bom escravo a mau cidadão?" (1977) apresenta uma linha de continuidade, porém dinamizada entre racismo e capitalismo, que recupera a trajetória da população negra, os mecanismos de barreiras sociais e simbólicas que atravessam a sua condição e as respostas políticas no contexto latino-americano.

A questão da terra, marcada pelo latifúndio, a repressão como mecanismo de controle do Estado e as formas ideológicas implícitas sobre a história do negro no Brasil perpassam por essa realidade, cada vez mais dinâmica e articulada aos interesses do capital. Nesse sentido, Moura (1977) procura resgatar o caráter radical das lutas e resistências negras, dando destaque para a tática de guerrilha, que aparece como uma ação concreta de luta dos escravizados que foi iniciada com a quilombagem e dinamizada por todo século XX.

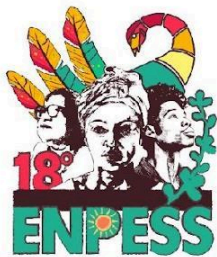
No regime militar a tática de guerrilha se destacou como uma estratégia de luta armada contra esse regime que, iniciada no campo, expressou pelas lentes de Clóvis Moura, "um dos mais emblemáticos combates armados orquestrado por grupos guerrilheiros no país" (FARIAS, 2024): a Guerrilha no Araguaia.

A obra "Diário da Guerrilha do Araguaia" (1979a) apresenta elementos em torno desta experiência e os motivadores, de base estruturais, que levaram a tática de guerrilha na região do Pará. Este episódio esteve intrinsecamente ligado à luta pela terra e contra a grilagem que dominava os territórios e implicava numa condição de miséria da população que ali vivia.

Martins (2012) afirma que, com a seletividade da modernização tecnológica da produção voltada à exportação, créditos e incentivos no âmbito rural foram concentrados nas grandes propriedades agrícolas, fator que gerou graves consequências nos preços dos produtos internos. A população brasileira comia mal, apesar do agronegócio, que ia bem. E a concentração da terra, resultante deste processo, garantiu a manutenção da dominação das oligarquias rurais e a destruição da pequena propriedade entre os anos 1960 e 1970. Consequentemente, resultou no êxodo rural e inchamento das cidades, em especial daquelas industrializadas, que impulsionou a formação de um mercado de trabalho urbano que aliou trabalho formal e informal. Esse processo foi permeado por fluxos migratórios, sobretudo nordestino, que foi central para o desenvolvimento de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, assim como para a implementação de grandes projetos como a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, o Projeto Carajá e as hidroelétricas (NETO, 2015).

Sobre a condição no campo Moura (1979a) descreve a situação de alguns territórios da região do Araguaia:

A produção local é relativamente pequena: arroz, milho, mandioca, feijão, fava. Os produtores guardam pouco para o seu consumo. Veem-se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

obrigados a vender mais do que devem para poder adquirir coisas que urgentemente necessitam. Todos trabalham, trabalham demais, mas apenas lhes sobram ninharias. A fome é crônica. As crianças andam nuas. São brasileiros esquecidos, analfabetos, doentes, abandonados à própria sorte (MOURA, 1979a, p.24).

Atravessada por ações criminosas, ataques e intensa repressão das Forças Armadas, a emergência da resistência armada na região da Amazônia teve um caráter revolucionário. E, embora anos de luta, saiu derrotada com a brutal repressão militar sob seus combatentes. Apesar disso, a pressão contra o regime militar se tornava crescente nos centros urbanos.

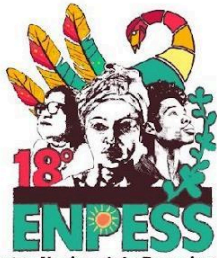
Observamos que Clóvis Moura (1979a) buscou apontar a constância dos movimentos de resistência no Brasil, pois conforme sua própria interpretação, esses emergiram das camadas oprimidas que buscavam mudança social, embora as estruturas dominantes tentavam combater.

“Sacco e Vanzetti: o Protesto Brasileiro” (1979) é mais uma de suas produções nessa mesma direção, que buscou evidenciar as manifestações da nascente classe operária brasileira, em apoio e solidariedade aos dois proletários italianos que foram assassinados, de maneira forjada, pelo Estado estadunidense na década de 1920. A retomada do caso e projeção internacional é destacada por Moura (1979), que procurou em linhas gerais, demonstrar o trânsito político-econômico estadunidense até se tornar uma potência imperialista após a Segunda Guerra Mundial, e o uso de meios coercitivos por parte da classe dominante, - e, diga-se também, meios repressivos -, para se manter no bloco de poder (FARIAS, 2024).

Como a investida no “milagre econômico” esteve fundamentada pela superexploração da classe trabalhadora, substancialmente constituída pela proletarização de negras e negros, nordestinas/os, camponesas/es pobres e de baixa qualificação que foram empurradas/os à flexibilização, precariedade e enorme contingente de favelas e periferias nos centros urbanos, a eclosão das lutas urbanas na década de 1970 aprofundou o contexto de crise política e econômica, culminando na redemocratização do Brasil na década seguinte.

Nesse sentido, a obra “Sacco e Vanzetti: o Protesto Brasileiro” (1979) retoma ideais e aspirações de um nascente proletariado que, naquele momento entre as décadas de 1970 e 1980, retomavam forças e unidade política de forma organizada, sobretudo através do movimento sindical, para incidir na luta contra a autocracia burguesa, por uma sociedade livre de exploração e opressão.

O ingresso do movimento negro na cena política brasileira, como resultante do “milagre econômico” e espectro da “crise brasileira” (SANTOS, 1985), possibilitou a sua maturação, enquanto movimento social negro, a análise dos processos históricos e do confronto com o discurso oficial que empreendia a existência de uma democracia racial. Através desse rico



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

arcabouço, o movimento negro brasileiro adquiriu amplitude nacional e incidência política sob diversas frentes, em diálogo e articulação com as lutas mais gerais da classe trabalhadora no período.

A obra "a sociologia posta em questão" (1978), publicada por Clóvis Moura antes de "Sacco e Vanzetti: o Protesto Brasileiro" (1979) e "Diário da Guerrilha do Araguaia" (1979), tece elementos teóricos centrais para o que procura evidenciar: o pensamento dinâmico / radical que proporciona a análise, interpretação, transformação da sociedade e sua superação.

Conforme afirma Farias (2024), a categoria práxis é apreendida por Moura como imanente a dinâmica e as contradições da sociedade moderna, é processo de emancipação política e se manifesta de forma distinta no campo tático. Logo, o fundamento da práxis se encontra na classe, que na realidade brasileira é composta por múltiplas frações da classe trabalhadora, que tem em sua maioria a população negra como determinação substantiva.

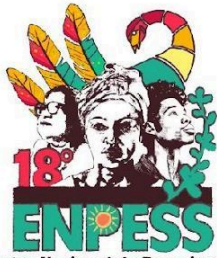
Confrontando com seu tempo, "a sociologia posta em questão" (1978) trata da práxis consciente, da mudança social através da ação política, de um movimento de massas organizado, com direção que expressa um processo de conscientização social que seja capaz de alterar radicalmente a estrutura social existente. Pressupõe a negação da ordem existente, estabelecida pela burguesia (classe dominante) e que tem no Estado seu representante legal.

A obra "a sociologia posta em questão" (1978) nos convoca a sair da neutralidade de um suposto conhecimento científico e acadêmico, que foi crescente e funcional na década de 1960, e que teve como base a expansão universitária no regime militar, vinculado à expansão capitalista. De acordo com Oliveira (1985):

Em geral, também as ciências humanas se aproveitam do ambiente de expansão econômica. Os intelectuais brasileiros tiveram acesso à produção internacional, circularam nos congressos internacionais - uns forçados pelo exílio, outros devido a antigas relações, outros ainda *financiados* pelo Estado. (...) Permanece a interrogação sobre a relação com o regime autoritário (OLIVEIRA, 1985).

Mediante tais indagações, Moura (1978) coloca em debate a formação de uma sociologia acadêmica como aplicação de uma ciência institucionalizada, transformada em ciência aplicada que contesta a realidade para racionalizá-la, ao contrário de oferecer soluções radicais. Esta pode apenas oferecer em determinados momentos uma consciência crítica reformista. A isso se vincula os institutos de pesquisas, fundações de auxílio e demais instituições que se beneficiam do compensador financeiro, a serviço da irracionalidade global do sistema.

Cientistas sociais que defendem o capitalismo e sua burguesia procuram adotar o instrumental teórico e a subordinação ideológica dos países dominantes, e passam a justificar a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

importância de suas ações. Em contraponto a essa posição, Moura (1978) reivindica a anti-sociologia como forma de romper com essa perspectiva, superar o dogmatismo acadêmico e inaugurar mais que um conceito, novas formas de ação, que só é possível através da práxis revolucionária.

Para além de uma coincidência de agendas, mas resultante da conjuntura econômica e política da época, é também neste período que o Serviço Social como profissão passou a estabelecer as suas bases de reorganização e renovação, através do Movimento de Reconceituação Latino-Americano.

Em razão da expansão do mercado de trabalho entre os anos 1950 e 1960, dado processo de industrialização pesada articulado ao grande capital e Estado autocrático burguês, o Serviço Social que até 1960 se pautava hegemonicamente por bases ético-morais, cujo trabalho profissional estava permeado pela intencionalidade de seus agentes, sem relevância e orientação teórica sistemática, foi atravessado pela efervescência política do período, explicitada por um conjunto de acontecimentos na América Latina após 1965 (PAULO NETTO, 2011).

Este fenômeno desencadeou no processo de renovação da profissão entre os anos 1960 e 1990, com grau diferente de complexidade, fontes teóricas e ideoculturais distintas e em sobreposição, que foram identificadas por Paulo Netto (2011) a partir de três principais perspectivas: modernizadora (funcionalista), fenomenológica (conservadora) e intenção de ruptura (marxista).

Os desdobramentos em torno de tais premissas estão na complexidade em que estas permaneceram, porém, subordinadas a uma direção crítica e comprometida com as lutas populares e reivindicações da classe trabalhadora.

A reformulação do Código de Ética Profissional publicada no ano de 1993 junto com a Lei que Regulamenta a Profissão, as Diretrizes irriulares da ABEPSS de 1996, fundamentado em uma base marxista que desnuda o significado social da profissão frente a “Questão Social” no Brasil, sem perder de vista a relação dialética entre particular e universal, pressupõe apreendermos algumas das contribuições de Clóvis Moura como referência teórica fundamental para o Serviço Social.

A sua leitura em torno da constituição da classe trabalhadora no Brasil, suas lutas, reivindicações e organizações com base no marxismo, as bases que evidenciam a formação do Estado brasileiro e seu caráter repressivo e conservador, a questão da terra e as expressões paternalistas, patrimonialistas e clientelistas que atravessam a realidade brasileira, são elementos fundamentais que devem ser retomados para a compreensão da conjuntura atual, tendo como

eixo a articulação entre racismo e capitalismo na dinâmica contemporânea.

Pois, é impossível compreender a situação da população negra no Brasil de hoje, sem levar em conta as consequências de mais de três séculos de escravidão negra em nosso país.

Ainda conforme Clóvis Moura, “durante todo o tempo em que o escravismo existiu o escravo negro foi aquele trabalhador que estava presente em todos os ofícios por mais diversificados que eles fossem” (MOURA, 1988, p.98). Porém, com a instituição do trabalho livre no país o negro seguiu desvalorizado socialmente, com o agravo de ter tornado-se estigmatizado como incapaz de trabalhar como assalariado (DAMASCENO, 2020).

Essa afirmação ainda se revela atual e necessita ser esmiuçada perante a conjuntura político-econômica de financeirização, dominação imperialista e crises capitalistas que organizam saídas agravantes que atravessam a vida da população negra.

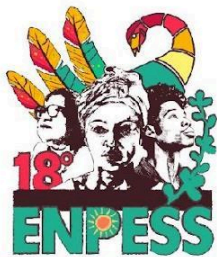
E o Serviço Social se vê confrontado a responder e intervir sobre a realidade brasileira de forma cada vez mais precária, contraditória e limitada frente ao contexto de aprofundamento neoliberal e de luta de classes na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) de repente vimos surgir do meio da mata, (...) alguns grupos de pretos
(...) gritando palavras como liberdade, morte aos brancos e justiça (...)
(GONÇALVES, 2019, p.143).

A interpretação de Moura no conjunto das obras estudadas neste artigo chama atenção para os seguintes elementos: 1) a história do trabalho e da luta de classes no Brasil; 2) a categoria quilombagem e o continuum das lutas negras no pós-abolição, sua radicalidade histórica e articulação com as lutas mais gerais da classe trabalhadora; 3) a questão da terra e a luta no campo evidenciam uma luta histórica da população negra contra o latifúndio e a liberdade para além de um pressuposto individual; 4) a tática de guerrilha como uma experiência inaugurada pelas insurgências e insurreições da população escravizada; 5) a filiação comunista de Clóvis Moura vinculada ao PCdoB, que partia da tática de guerrilha e lutas operárias como caminho para a transformação social. 6) A influência do marxismo terceiro-mundista nas análises de Clóvis Moura, com destaque para a influência da revolução cultural chinesa e revolução cubana; 7) A práxis como um continuum em suas elaborações, que se coloca conforme a dinâmica do capital e da luta de classes; 8) a presença dos grupos específicos negros no processo de luta e consciência; 8) a dicotomia entre reforma e revolução e o papel da universidade nesta relação.

Diante disso, entendemos que a reafirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

brasileiro perpassa por uma concepção de formação profissional que reivindica uma leitura cada vez mais sólida e crítica sobre a realidade brasileira.

Nesse sentido, Clóvis Moura se põe como uma vanguarda no debate marxista, ao lado de tantas outras vanguardas que construíram a profissão, e que nos impõe como tarefa avançar nesse diálogo e nas mediações, de modo a qualificar cada vez mais o trabalho e a formação profissional em Serviço Social, partindo de uma direção teórico-metodológica efetivamente crítica e emancipatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAMASCENO, Wagner Miquéias Felix. **Racismo, escravidão e capitalismo no Brasil**: uma abordagem marxista. 2020. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

FARIAS, Márcio. **Clóvis Moura e o Brasil**: um ensaio crítico. 2 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2024.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um Defeito de Cor**. 20 ed, Rio de Janeiro: Record, 2019.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia;
HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. SESI/SP. 2014.

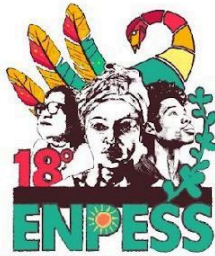
MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

_____. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria do senhor Proudhon.
LEITE, P. F. trad.). São Paulo: Centauro, 2001 [1847].

MOURA, Clóvis. **A sociologia posta em questão**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. **Sacco e Vanzetti**: o protesto brasileiro: São Paulo: Brasil debates, 1979.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1979a.

_____. **Brasil: as raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Ed. 1983.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2 ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014a. [1994].

_____. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 5 ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição Fundação Maurício Grabois, 2014. [1959].

_____. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** 2 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021. [1977].

NETO, Arthur Bispo dos Santos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. Aves de arribação: a migração dos intelectuais. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. Vol. 2, n. 03, São Paulo: CEDEC, 1985.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O movimento negro e a crise brasileira**. Revista Política e Administração, vol.2, 1985.

SILVA, Sandra R. V.; FAGUNDES, Gustavo. "Clóvis Moura e a questão social no Brasil". Revista Katálysis, v. 25, n.02, p.222 - 231, mai - ago, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/nyRfvjnkZVnSTNk4LPZGYw/?format=pdf&lang=pt>.

SOUZA, Cristiane Lúza Sabino de. **Racismo e Luta de Classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Hucitec, 2020.